

**MARINHA DO BRASIL
COLÉGIO NAVAL****DEPARTAMENTO DE INTENDÊNCIA
CASA DE REPRESENTAÇÃO DO COLÉGIO NAVAL****DISPENSA ELETRÔNICA Nº95826 /2024**
(Processo Administrativo nº 63141.005826/2024-56)**TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21
CONTRATAÇÃO DIRETA****1 CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO**

1.1 Aquisição e reposição de materiais utilizados na manutenção da Casa de Representação do Colégio Naval, nos termos e especificações da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	PDM	UF	QTD	VALOR UNITÁRIO DE REFERÊNCIA	VALOR TOTAL ESTIMADO POR ITEM
1	CHUVEIRO DE ALTA PERFORMANCE CHUVEIRO DE ALTA PERFORMANCE COM RESISTÊNCIA DO TIPO REFIL, COMANDO MULTITEMPERATURA, COMPATÍVEL COM INSTALAÇÃO DIRETA NA PAREDE, POTÊNCIA DE 5500W, COMANDO ELETRÔNICO DE TEMPERATURA, TENSÃO: 127V; POTÊNCIA: 5.500W, SIMILAR OU SUPERIOR AO MODELO ACQUA STORM ULTRA LORENZETTI.	452534	4976	UN	3	R\$ 162,99	R\$ 488,97

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA

2	CHUVEIRO COMUM TRÊS OPÇÕES DE TEMPERATURA (QUENTE, MORNO E FRIO), POTÊNCIA: 5500W, TENSÃO: 127V, SISTEMA DE RESISTÊNCIA TIPO REFIL, SIMILAR OU SUPERIOR AO MODELO DUCHA MAXI LORENZETTI.	452534	4976	UN	3	R\$ 113,64	R\$ 340,92
3	DUCHA FRIA DUCHA FRIA EM INOX PARA ÁREA EXTERNA, CHUVEIRO QUADRADO EM AÇO INOX 20X20CM DE PAREDE, BITOLA: ½"; DIMENSÕES: 20 X 20 CM; MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL; FORMATO: QUADRADO ACABAMENTO: CROMADO; POLEGADA: 8 POLEGADAS.	320856	4977	UN	1	R\$ 174,97	R\$ 174,97
4	SUPORTE DE TV UNIVERSAL SUPORTE DE FIXAÇÃO DE SMART TVS EM PAREDES OU PAINÉIS, TIPO FIXO, SUPORTA TVS COM TELAS DE 14" A 70" POLEGADAS.	608412	12395	UN	4	R\$ 52,79	R\$ 211,16
5	REDE DE DESCANSO MATERIAL ALGODÃO, DIMENSÕES: DE PUNHO A	392256	11502	UN	1	R\$ 110,96	R\$ 110,96

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA

	PUNHO 4,0M; LARGURA: 1,60M, COR: CARAMELO OU CINZA, CAPACIDADE: ATÉ 200 KG, TIPO DE FIXAÇÃO: LAÇOS REFORÇADOS OU ARGOLAS DE AÇO.						
6	VENTILADOR DE TETO COM CONTROLE REMOTO VENTILADOR DE TETO COM CONTROLE REMOTO PARA AMBIENTES RESIDENCIAIS, MATERIAL: ESTRUTURA EM AÇO, LÂMINAS EM PLÁSTICO, MADEIRA OU MDF, TAMANHO: DIÂMETRO ENTRE 100 CM A 140 CM, CONTROLE REMOTO QUE PERMITA FÁCIL AJUSTE DE VELOCIDADE, ACENDIMENTO E DESLIGAMENTO DA LUZ, VELOCIDADES VARIÁVEIS DE COM 3 NÍVEIS, LUMINÁRIA INTEGRADA, FUNÇÃO REVERSO, TENSÃO: 127V, NÚMERO DE PÁS: 3 A 4 PÁS.	483444	688	UN	1	R\$ 100,17	R\$ 100,17
7	FOGÃO INOX 6 BOCAS MODELO: FOGÃO DE PISO 6 BOCAS MATERIAL: AÇO INOXIDÁVEL (CORPO E PAINEL FRONTAL), QUEIMADORES: 6	452320	17704	UN	1	R\$ 1.813,33	R\$ 1.813,33

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA

	<p>QUEIMADORES COM DIFERENTES POTÊNCIAS, SENDO, 2 QUEIMADORES DE ALTA POTÊNCIA (3,0 KW), 4 QUEIMADORES DE MÉDIA POTÊNCIA (2,0 KW), FORNO: CAPACIDADE: 96 LITROS, TIPO: A GÁS, TEMPERATURA: CONTROLE DE 180°C A 280°C, ILUMINAÇÃO INTERNA, ACENDIMENTO: AUTOMÁTICO EM TODAS AS BOCAS E FORNO, BOTÕES: ERGONÔMICOS COM AJUSTE DE CHAMA, COR: INOX, ALIMENTAÇÃO: GÁS.</p>						
8	<p>DEPURADOR DE COZINHA</p> <p>MODELO: DEPURADOR DE PAREDE, CAPACIDADE DE SUCÇÃO: MÍNIMO DE 390 M³/H, VELOCIDADES: MÍNIMO 3 VELOCIDADES AJUSTÁVEIS, FILTROS: FILTRO DE ALUMÍNIO LAVÁVEL PARA RETENÇÃO DE GORDURA, ILUMINAÇÃO: LÂMPADA EMBUTIDA PARA MELHOR VISUALIZAÇÃO DA ÁREA DE COCÇÃO, DIMENSÕES APROXIMADAS: 14 CM (ALTURA) X 60 CM (LARGURA) X 48 CM (PROFUNDIDADE), MODO DE OPERAÇÃO: ADAPTÁVEL PARA DEPURAÇÃO OU EXAUSTÃO, NÍVEL DE RUÍDO:</p>	396216	708	UN	1	R\$ 552,05	R\$ 552,05

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA

	OPERAÇÃO SILENCIOSA COM BAIXO NÍVEL DE RUÍDO, COR: INOX						
9	JOGO DE LENÇOL E FRONHA TAMANHO: <u>KING</u> (APROXIMADAMENTE 193 CM X 203 CM), LENÇOL DE BAIXO COM ELÁSTICO, LENÇOL DE CIMA E DUAS FRONHAS, 3 JOGOS NA COR BRANCA, 3 JOGOS NA COR CINZA, E 3 JOGOS NA COR SALMÃO; LENÇOL DE BAIXO: COM ELÁSTICO EM TODA A VOLTA, ADEQUADO PARA COLCHÕES DE ATÉ 35 CM DE ALTURA; FRONHAS: ENVELOPADAS.	617973	18651	UN	9	R\$ 173,75	R\$ 1.563,75
10	JOGO DE LENÇOL E FRONHA TAMANHO: CASAL (APROXIMADAMENTE 193 CM X 203 CM); PEÇAS: - LENÇOL DE BAIXO COM ELÁSTICO; LENÇOL DE CIMA E DUAS FRONHAS; MATERIAL: 100% ALGODÃO OU MISTO (MÍNIMO 200 FIOS); 3 JOGOS NA COR BRANCA, 3 JOGOS NA COR CINZA, E 3 JOGOS NA COR SALMÃO; LENÇOL DE BAIXO: COM ELÁSTICO EM TODA A VOLTA, ADEQUADO PARA	612168	18651	UN	9	R\$ 158,62	R\$ 1.427,58

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA

	COLCHÕES DE ATÉ 35 CM DE ALTURA.						
11	JOGO DE LENÇOL E FRONHA TAMANHO: SOLTEIRO (APROXIMADAMENTE 193 CM X 203 CM); PEÇAS: LENÇOL DE BAIXO COM ELÁSTICO; LENÇOL DE CIMA E FRONHA; MATERIAL: 100% ALGODÃO OU MISTO (MÍNIMO 200 FIOS); COR: BRANCO; LENÇOL DE BAIXO: COM ELÁSTICO EM TODA A VOLTA, ADEQUADO PARA COLCHÕES DE ATÉ 35 CM DE ALTURA; FRONHAS: ENVELOPADAS.	612182	18651	UN	12	R\$ 124,47	R\$ 1.493,64
12	EDREDOM TAMANHO KING (APROXIMADAMENTE 240 CM X 260 CM); MATERIAL EXTERNO: 100% ALGODÃO OU MICROFIBRA DE ALTA QUALIDADE; GRAMATURA: MÍNIMO DE 300 G/M ² , GARANTINDO CONFORTO TÉRMICO E MACIEZ; COR: BRANCO; ACABAMENTO: COSTURA MATELASSÊ OU PESPONTO, PARA EVITAR O DESLOCAMENTO DO ENCHIMENTO; CARACTERÍSTICAS:	464313	19711	UN	2	R\$ 215,06	R\$ 430,12

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA

	ANTIÁCARO, ANTIALÉRGICO E DE FÁCIL MANUTENÇÃO.						
13	<p>EDREDOM</p> <p>TAMANHO CASAL (APROXIMADAMENTE 220 CM X 240 CM); MATERIAL EXTERNO: 100% ALGODÃO OU MICROFIBRA DE ALTA QUALIDADE; GRAMATURA: MÍNIMO DE 300 G/M², GARANTINDO CONFORTO TÉRMICO E MACIEZ; COR: BRANCO; ACABAMENTO: COSTURA MATELASSÊ OU PESPONTO, PARA EVITAR O DESLOCAMENTO DO ENCHIMENTO; CARACTERÍSTICAS: ANTIÁCARO, ANTIALÉRGICO E DE FÁCIL MANUTENÇÃO.</p>	612172	19711	UN	6	R\$ 206,02	R\$ 1.236,12
14	<p>TOALHAS DE BANHO</p> <p>TAMANHO: APROXIMADAMENTE 70 CM X 140 CM; COR: BRANCA; MATERIAL: 100% ALGODÃO, FIO PENTEADO, ALTA ABSORÇÃO; ACABAMENTO: BARRA DECORATIVA, COSTURA REFORÇADA. OBS: SIMILAR OU SUPERIOS A MARCA: BUDDEMEYER.</p>	467236	19710	UN	24	R\$ 109,12	R\$ 2.618,88
15	TOALHAS DE ROSTO	374071	754	UN	24	R\$ 37,00	R\$ 888,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA

	<p>TAMANHO: APROXIMADAMENTE 50 CM X 80 CM; COR: BRANCA; MATERIAL: 100% ALGODÃO, FIO PENTEADO, COM ALTA ABSORÇÃO; GRAMATURA: MÍNIMO DE 400 G/M², TOQUE SUAVE E RESISTÊNCIA AO USO FREQUENTE; ACABAMENTO: BARRA DECORATIVA E COSTURA DUPLA. OBS: SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA: BUDDEMEYER.</p>						
16	<p>TAPETES DE BANHEIRO</p> <p>TAMANHO: APROXIMADAMENTE 50 CM X 70 CM; COR: BRANCA; MATERIAL: 100% ALGODÃO, FELPUDO, COM ALTA ABSORÇÃO; GRAMATURA: MÍNIMO DE 650 G/M², GARANTINDO CONFORTO E ADERÊNCIA AO PISO; ACABAMENTO: BASE ANTIDERRAPANTE, COSTURA REFORÇADA; OBS: SIMILAR OU SUPERIOR A MARCA: BUDDEMEYER.</p>	612167	755	UN	12	R\$ 43,24	R\$ 518,88
17	<p>COLCHA COBRE LEITO</p> <p>DIMENSÕES: 1,50M X 2,10M (COMPATÍVEL COM CAMA DE SOLTEIRO);</p>	619250	19711	UN	12	R\$ 107,25	R\$ 1.287,00

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA

	<p>MATERIAL: TECIDO 100% POLIÉSTER OU ALGODÃO; COR: BRANCO, ACABAMENTO: COSTURA REFORÇADA NAS BORDAS, COM DETALHES DELICADOS PARA MAIOR DURABILIDADE; INDICAÇÃO: USO COMO COBRE LEITO, PROPORCIONANDO UM ACABAMENTO LIMPO E SOFISTICADO PARA A CAMA.</p>						
18	<p>PAINEL PLAFON LED SOBREPOR QUADRADO</p> <p>DIMENSÕES: 30 CM X 30 CM; POTÊNCIA: 25W; TEMPERATURA DE COR: 6000K (BRANCO FRIO); MATERIAL: ESTRUTURA EM ALUMÍNIO COM DIFUSOR EM ACRÍLICO, GARANTINDO LEVEZA E DURABILIDADE; TIPO DE INSTALAÇÃO: SOBREPOR, FÁCIL DE FIXAR DIRETAMENTE NO TETO; TENSÃO: (110V); FLUXO LUMINOSO: APROXIMADAMENTE 2.250 LÚMENS, GARANTINDO EXCELENTE ILUMINAÇÃO PARA O AMBIENTE; APLICAÇÕES: PODE SER UTILIZADO EM SALAS, QUARTOS, COZINHAS, ESCRITÓRIOS E ÁREAS COMUNS.</p>	603200	10877	UN	20	R\$ 41,62	R\$ 832,40

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA

19	SELANTE DE POLIURETANO PU 40 FIX TIPO DE PRODUTO: ADESIVO E SELANTE MONOCOMPONENTE À BASE DE POLIURETANO (PU), APLICAÇÃO: INDICADO PARA COLAGENS E VEDAÇÃO DE DIVERSOS MATERIAIS, COMO CONCRETO, METAL, VIDRO, MADEIRA, CERÂMICA, PLÁSTICOS E SUPERFÍCIES PINTADAS; COR: BRANCO; USO: IDEAL PARA APLICAÇÕES EM CONSTRUÇÃO CIVIL, AUTOMOTIVA, NÁUTICA E INDUSTRIAL, SENDO AMPLAMENTE UTILIZADO PARA FIXAÇÃO E VEDAÇÃO EM JUNTAS DE DILATAÇÃO, VEDAÇÕES ESTRUTURAIS, COLAGEM DE MATERIAIS E ABSORÇÃO DE IMPACTOS.	478771	12066	UN	10	R\$ 63,68	R\$ 636,80
20	LUSTRE COM 3 PENDENTES DE VIDRO NÚMERO DE LÂMPADAS: 3; SOQUETE: E27 (COMPATÍVEL COM LÂMPADAS LED, INCANDESCENTES OU FLUORESCENTES); ACABAMENTO: BRANCO FOSCO; COR DO VIDRO: BRANCO; DIMENSÕES: ALTURA:	618933	6792	UN	1	R\$ 508,29	R\$ 508,29

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA

	AJUSTÁVEL ATÉ 1,20 M; DIÂMETRO TOTAL: 40 CM (APROXIMADO); TENSÃO: 110V; OBS: COMPATÍVEL COM A MARCA/ MODELO: PENDENTE MALÁSIA PARA 3 LÂMPADAS E27 VIDRO/ALUMÍNIO KIN LIGHT.						
21	SMART TV LED 42" HD TAMANHO DA TELA: 42 POLEGADAS; TIPO DE TELA: LED; CONECTIVIDADE: WI-FI, BLUETOOTH; ENTRADAS: 2 HDMI, 1 USB, ENTRADA AV, SAÍDA ÓPTICA; TIPO: SMART TV.	470801	12609	UN	1	R\$ 1.555,19	R\$ 1.555,19
22	SMART TV LED 32" HD TAMANHO DA TELA: 32 POLEGADAS; TIPO DE TELA: LED; CONECTIVIDADE: WI- FI, BLUETOOTH; ENTRADAS: 2 HDMI, 1 USB, ENTRADA AV, SAÍDA ÓPTICA; TIPO: SMART TV.	443966	12609	UN	4	R\$ 1.039,80	R\$ 4.159,20
23	KIT PORTA DE MADEIRA 210X70CM C/ FECHADURA; PRODUTO: KIT PORTA DE MADEIRA LISA COM FECHADURA; MODELO: PORTA DE MADEIRA LISA COM ACABAMENTO PRIMER;	611016	11071	UN	1	R\$ 554,13	R\$ 554,13

TERMO DE REFERÊNCIA - AQUISIÇÕES - CONTRATAÇÃO DIRETA

	DIMENSÕES DA PORTA: 200 CM (ALTURA) X 60 CM (LARGURA); MATERIAL: MADEIRA MACIÇA; ACABAMENTO: PRIMER BRANCO, PRONTA PARA PINTURA FINAL; ESPESSURA DA PORTA: 35 MM; DOBRADIÇAS: 3 DOBRADIÇAS EM AÇO INOX; FECHADURA: FURAÇÃO PARA FECHADURA PADRÃO (FECHADURA INCLUSA); MONTAGEM: INCLUI FERRAGENS BÁSICAS (PARAFUSOS, CAVILHAS).						
24	ROUPEIRO BRANCO PRODUZIDO EM 15MM E REVESTIDO COM MELAMINA DE BAIXA PRESSÃO E FITAS DE BORDA EM PVC. COM 2 PORTAS DE CORRER, 3 GAVETAS E 2 CABIDEIROS, 6 PRATELEIRAS, COM ESPELHOS EM TODA A EXTENÇÃO DAS PORTAS.	621827	15290	UN	1	R\$ 1.970,00	R\$ 1.970,00
25	TAPETE PARA MESA DE JANTAR MEDIDAS: L:2,0m X C: 2,5m MATERIAL SISAL, COR: BEGE	271368	758	UN	1	R\$ 735,93	R\$ 735,93
26	TAPETE PARA SALA DE ESTAR	271368	758	UN	1	R\$ 735,93	R\$ 735,93

	MEDIDAS: L:2,0m X C: 2,0m MATERIAL: SISAL, COR: BEGE						
27	FECHADURA DE AÇO INOXIDÁVEL COM MAÇANETA ERGONÔMICA IDEAL PARA PORTAS DE 30 A 45 MM DE ESPESSURA; FECHO CILÍNDRICO COM CHAVE TIPO YALE, INCLUINDO TODO O KIT DE INSTALAÇÃO; INDICADA PARA AMBIENTES INTERNOS, COMO QUARTOS E SALAS, EM PORTAS DE MADEIRA OU MDF.	213420	565	UN	10	R\$ 51,09	R\$ 510,88
VALOR TOTAL ESTIMADO:							R\$ 27.455,24

1.2 Os objetos desta contratação não se enquadram como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.3 Os objetos serão solicitados através de e-mail em parcela única após a emissão do empenho ordinário, sendo o prazo para entrega em até 30 dias.

2 FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

A referida aquisição tem o propósito de reconduzir a Casa de Representação do Colégio Naval às instalações adequadas e proporcionar conforto aos hóspedes durante sua estadia.

3 DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

A descrição da solução encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

4 REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os requisitos cabíveis previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.

Indicação de marcas ou modelos:

4.2 Não serão exigidas marcas ou modelos.

Da exigência de amostra

4.3 Não serão exigidas amostras.

Da exigência de carta de solidariedade

4.4 Não será exigida carta de solidariedade.

Subcontratação

4.5 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

4.6 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021,

5 MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

5.1 O prazo de entrega dos itens é de até 30 dias, contados da data da emissão da nota de empenho, em remessa única.

5.2 Caso não seja possível a entrega no prazo acima, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 10 (dez) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 O Objeto deverá ser entregues no seguinte endereço: COLÉGIO NAVAL (CASA-25) - Rua Marques de Leão S/N Angra dos Reis – RJ CEP: 23909-900, ou no endereço informado na comunicação de necessidade.

Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4 O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.5 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

Fiscalização

5.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

5.6.1 Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

5.6.2 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

5.6.3 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

5.6.4 O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

5.7 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

5.7.1 Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

5.8 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

5.9 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

5.10 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

5.11 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

5.12 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

5.13 O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

5.14 O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6 CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

6.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

6.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 10 dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

6.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 03 dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

6.4 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

6.5 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

6.6 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

6.7 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

6.8 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

6.8.1 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

6.9 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 6.9.1 o prazo de validade;
 - 6.9.2 a data da emissão;
 - 6.9.3 os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 6.9.4 o período respectivo de execução do contrato;
 - 6.9.5 o valor a pagar; e
 - 6.9.6 eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 6.10 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 6.11 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.12 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 6.13 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 6.14 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 6.15 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 6.16 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

- 6.17 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

Forma de pagamento

- 6.18 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta-corrente indicados pelo contratado.

6.19 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

6.20 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

6.21 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Antecipação de pagamento

6.22 A presente contratação NÃO permite a antecipação de pagamento.

7 FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

7.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, na forma eletrônica, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de MENOR PREÇO.

Forma de fornecimento

7.2 O fornecimento do objeto será em parcela única, no Colégio Naval (CASA 25) – Departamento de Saúde. Endereço: Avenida Marques de Leão, SN Angra dos Reis – RJ CEP-23909-900.

Exigências de habilitação

7.3 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep>)

7.4 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa interessada e de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

7.5 Caso conste na Consulta de Situação do interessado a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

7.6 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

- 7.7 O interessado será convocado para manifestação previamente a uma eventual negativa de contratação.
- 7.8 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do interessado será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 7.9 É dever do interessado manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 7.10 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 7.11 Se o interessado for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, caso exigidos, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 7.12 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 7.13 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos, que serão exigidos conforme sua natureza jurídica:

Habilitação jurídica

- 7.14 **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 7.15 **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 7.16 **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 7.17 **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.18 **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- 7.19 **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 7.20 **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 7.21 **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas

Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.22 **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

7.23 **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

7.24 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.25 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.26 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.27 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.28 Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

7.29 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

7.30 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.31 Prova de regularidade com a Fazenda [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.32 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

7.33 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.34 Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

7.35 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

7.36 Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

7.36.1 Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

7.36.2 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

7.36.3 Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

7.36.4 Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

7.37 As empresas criadas no exercício financeiro da contratação direta deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

7.38 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

Qualificação Técnica

7.39 Não haverá exigência de qualificação técnica.

8 ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

8.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 27.455,24** (vinte e sete mil, quatrocentos e cinquenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9 ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

9.2 A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/Unidade: 00001/762300;

II) Plano Interno: S410DVIZ1B4.

III) Programa de Trabalho: 174.672;

IV) Elemento de Despesa: 339030; e

V) Fonte de Recursos: 1050000144.

Angra dos Reis-RJ, na data da assinatura.

Elaborado por:

CAROLINA MELO COSTA

Primeiro-Tenente (T)

Encarregada do Serviço de Orientação Educacional

Aprovado por:

JOSÉ FERNANDO BARBOZA DOS SANTOS

Capitão de Mar e Guerra

Ordenador de Despesa